

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DE RONDÔNIA

Edital de Pregão Eletrônico nº 58/2019/CEL/SUPEL/RO

Processo: 0033.433477/2018-28/SEJUS/RO

Projeto Atividade: 21.001.06.122.1015.2893

OBJETO: Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional Porto Velho/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos.

BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 96.216.429/0024-86, com atividade na cidade de Porto Velho/RO, na Avenida Amazonas, 6989, Cuniã, CEP 76.824-461, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, em razão da apresentação de recurso pela empresa L&L INDÚSTRIA COM. ALIM. EIRELI, contra a habilitação da empresa BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA perante o Grupo 01, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, nos seguintes termos:

O recurso administrativo apresentou possui os seguintes tópicos:

- a) Desclassificação da proposta por descumprimento do item 6.1.1 do Edital
- b) Desclassificação da proposta por descumprimento do item 10 e subitens 10.1, 10.2 e 10.3 do Termo de Referência;
- c) Inabilitação por ausência das declarações exigidas nos itens 16.1.5.1 e 16.1.5.2 do Termo de Referência; e
- d) Ausência de motivação recursal.

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, cabe destacar que o Recurso apresentado pela Empresa L&L é confuso e de leitura contraditória, dificultando assim, inclusive, a confecção das contrarrazões.

Ocorre que sequer deveria haver recursos contra a empresa SABOR A MAIS neste lote, tendo em vista a ausência da manifestação de interesse em recorrer contra a mesma, bem como o simples fato de que referida Empresa sequer sagrou-se vencedora neste lote.

Por fim, seguem abaixo as contrarrazões recursais, vejamos:

DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS DO CORRETO CADASTRO DA PROPOSTA

A empresa BANDOLIN, cumpriu plenamente o exigido no item 6.1.1 (especifica a descrição necessária) e 6.1.1.1 (propõe uma alternativa em caso de limitação de caracteres) do Edital, conforme seguem as descrições abaixo de cada um dos itens para referido Lote, retirada do site comprasnet:

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:

Desjejum - Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional Porto Velho/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, conforme Edital e seus anexos. Local de Entrega: CASA DE DETENÇÃO DR. JOSÉ MARIO ALVES "URSO BRANCO"

Almoço - Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional Porto Velho/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, conforme Edital e seus anexos. Local de Entrega: CASA DE DETENÇÃO DR. JOSÉ MARIO ALVES "URSO BRANCO"

Jantar - Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional Porto Velho/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, conforme Edital e seus anexos. Local de Entrega: CASA DE DETENÇÃO DR. JOSÉ MARIO ALVES "URSO BRANCO"

Os dados acima também se encontram descritos na proposta física apresentada pela Empresa, em atendimento às exigências do Edital.

Diante do exposto, resta claro o equívoco da Empresa L&L em relação à proposta da Recorrida, não merecendo a manutenção da alegação contra sua desclassificação.

DA CORRETA HABILITAÇÃO DA EMPRESA BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA

A Empresa BANDOLIN cumpriu plenamente o exigido no Edital, no que compete à apresentação da Proposta (item 6 do Edital), bem como Critérios da Aceitação, Julgamento e Classificação das Propostas (item 9 do Edital), no entanto em aparente vingança, a Recorrida utiliza-se de fundamentos já sanados (no qual a própria se beneficiou no passado) para solicitar a desclassificação da Recorrida, pois vejamos o que diz referida Empresa:

"Quanto a esse descumprimento, é importante registrar que talvez, por ironia do destino, a empresa BANDOLIN descumpru o mesmo item do Termo de Referência em que tentou utilizar erroneamente para desclassificar a proposta da ora Recorrente na última disputa para contratação direta por dispensa de licitação".

Com o fim de provar que referida argumentação possivelmente se trata apenas de caráter vingativo, vejamos o

que a Empresa L&L disse (no processo emergencial citado pela mesma) sobre a apresentação de documentos citados no Termo de Referência:

"...a intenção era atentar aos licitantes que todos os custos com relação ao preços das propostas devem estar contemplados nas propostas apresentadas, ainda que sejam os custos diretos ou indiretos, evitando-se assim posteriormente a cobrança indevida de todos os custos que envolvem a contratação, sendo exigidos destacadamente que a proposta de preço apresentada esteja em conformidade com o projeto básico."

Perceba que sequer esta Recorrida precisa se defender das acusações da Recorrente, afinal a mesma tem total conhecimento de causa sobre o que está alegando, pois é de seu conhecimento que referida exigência é "INFUNDADA" e até mesmo passível de superação por meio de declarações complementares, caso realmente sejam exigidas.

Vejamos, as exigências alegadas pela Empresa L&L não estão nos itens de Habilitação e Proposta do Edital, mas sim em seu Termo de Referência, as quais citam o seguinte:

10.1 As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este Termo de Referência, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando:

10.2 Os preços unitários por refeição e o valor global da proposta;

10.3 Relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados para efetivo fornecimento das refeições, o quantitativo e as especificações.

Ocorre que a proposta de preços da Empresa BANDOLIN fora apresentada de acordo com os itens acima, em conformidade com o Termo de Referência, contendo em seus preços, todos elementos que influenciam no valor final da contratação, bem como preços unitários e valor global para cada item, valor global do Lote, e declaração detalhando todos os itens que compõe sua proposta, vinculando a mesma ao Edital e seus Anexos.

Aparentemente, a Recorrente alega que deveria ser apresentada a Relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados para efetivo fornecimento das refeições, o quantitativo e as especificações, no entanto a Empresa não reparou que referida exigência, é suprida pcom a DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS, apresentada junto à proposta e documentos de habilitação, em atendimento ao item 11.4.3 (DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA), alínea "F", a qual afirma o que segue:

"...a empresa dispõe de pessoal técnico (Portaria nº419/2008-CFN e Lei 8.234/91), de instalações e equipamentos (RDC nº216, de 15 de setembro de 2004-Ministério da Saúde), adequados para preparo dos alimentos e que disponibilizará veículos para atender a entrega do serviço objeto do certame, em bom estado de conservação, e que atenda plenamente a execução do Contrato e a legislação vigente (Portaria 16.1.3.7 Centro de Vigilância Sanitária, de 7 de novembro de 1991).

Apenas para sanar de fato o que fora alegado pela recorrente, os itens 10.4 e 10.5 do próprio Termo de Referência, ressalva os itens anteriores (já citados), com os seguintes dizeres:

10.4 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado, bem como todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido pela SEJUS, suas substituições.

10.5 No preço ofertado estarão incluídos também os custos indiretos sobre o fornecimento das refeições, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações, etc., inclusive despesas com transporte para entregas no local indicado no presente Termo de Referência.

A Administração Pública somente pode fazer ou deixar de fazer as condutas previamente determinadas em lei.

Assim, o ato de inabilitar um licitante em procedimento licitatório é ato vinculado. Não admite discricionariedade.

A inabilitação somente pode ocorrer nas hipóteses previstas na Lei 8.666/93. São elas:

- a) apresentação irregular de documentos necessários à habilitação jurídica;
- b) apresentação irregular de documentos necessários à qualificação técnica;
- c) apresentação irregular de documentos necessários à econômico-financeira;
- d) apresentação irregular de documentos necessários à regularidade fiscal;
- e) não cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

O artigo 27 da Lei 8.666/93, determina:

"Para habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente (...)"

A declaração cujo suposta ausência motivou o recurso apresentado não faz parte de nenhuma das hipóteses previstas na Lei para inabilitação ou desclassificação da proposta.

Nesse mesmo sentido, Marçal JUSTEN FILHO:

"Deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja adotada a estrita regulação imposta originalmente na Lei ou no Edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduz à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação". (In

Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo: Dialética, 2004, p. 66).

Ademais, quanto a tema similar, o Tribunal de Contas da União, assim se manifestou:

"A desclassificação de licitantes por excesso de rigor na análise das propostas, quando se observa omissões no edital, caracteriza restrição ao caráter competitivo da licitação (...) (Acórdão 1791/2006 – Plenário, Relatório do Ministro Augusto Shreman Cavalcanti, DOU 29.09.06).

Conforme se verifica acima, a melhor doutrina e jurisprudência de nossa país rechaçam veementemente a formalidade excessiva: o excesso de formalismo não encontra espaço em nosso ordenamento jurídico, especialmente quando a única consequência é o eventual prejuízo à Administração Pública e ao interesse público primário.

Assim, e considerando que a ausência de tal declaração em documento apartado, especialmente considerando a existência da mesma declaração em outro documento entregue, não traz qualquer vantagem ou desvantagem à Administração Pública, inexorável não poder esse motivo servir de critério para habilitação ou inabilitação de licitante.

Demonstra-se, assim, que ainda que não tivesse cumprido com a exigência do Termo de Referência, tal fato não daria ensejo à sua inabilitação, razão pela qual se requer a improcedência do presente recurso, como medida de inteira legalidade.

DA CORRETA APRESENTAÇÃO DAS DECLARAÇÕES

As declarações indicadas como não apresentadas são feitas online, no ato de cadastramento da proposta, conforme item 11.4.2 (DAS DECLARAÇÕES NO PRÓPRIO SISTEMA COMPRASNET), bem como seus subitens 11.4.2.1 e 11.4.2.2, as quais foram plenamente atendidas pela Empresa, não merecendo mérito na manutenção da alegação da Recorrente.

DA MOTIVAÇÃO RECURSAL

A recorrente alega que deve ser desconsiderada intenção de recurso apresentada pela empresa BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA, entretanto, não existe, na legislação específica, a hipótese da "rejeição sumária" da intenção de recurso do licitante, especialmente, fundada no entendimento prévio do pregoeiro sobre o mérito das razões recursais, que ainda serão apresentadas dentro dos três dias de prazo.

Basta que haja a manifestação da intenção no momento oportuno. Feito isto, a análise do mérito do recurso administrativo será objeto de apreciação apenas depois de ultrapassado o prazo de apresentação de contrarrazões dos outros licitantes.

Tolher antecipadamente essas fases procedimentais seguintes implica em violar a legalidade do procedimento licitatório, contrariando os princípios do artigo 5º do Decreto 5.450/05, do artigo 4º do Anexo I do Decreto 3.555/00, do artigo 3º da Lei 8.666/93, bem como do artigo 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal.

Por outro lado, verifica-se também contrariedade à garantia do direito de petição, prevista no inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, além da ampla defesa, garantida no inciso LV do mesmo dispositivo constitucional, que, aliás, é exercida pelos "meios e recursos a ela inerentes".

Surge então a pergunta: como se pode respeitar essas garantias se for criado um bloqueio antecipado e indevido ao mecanismo legal de recurso dentro do ambiente eletrônico do portal Comprasnet?

Não é demais lembrar que, no meio disso tudo, também é direito subjetivo próprio de cada licitante a fiel observância do procedimento legalmente estabelecido para o procedimento licitatório (conforme o artigo 7º do Decreto 5.450/05, o artigo 6º do Anexo I do Decreto 3.555/00 e o artigo 4º da Lei 8.666/93).

E nesse direito subjetivo se inclui o direito de ter respeitado o mecanismo próprio para a interposição dos recursos administrativos, não se admitindo que obstáculos indevidos sejam criados pelo pregoeiro. Afinal de contas, da mesma forma que ocorre no processo judicial, também no processo administrativo a admissibilidade não se confunde com o mérito recursal.

Sob outra ótica, a Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, estabelece em seu artigo 2º, incisos VIII e X, que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de "observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados" e "garantia dos direitos à interposição de recursos".

Por fim, o artigo 3º da mesma lei determina que o administrado tem o direito de "ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos", lembrando-se que esses são preceitos aplicados subsidiariamente aos processos administrativos específicos (artigo 69 da lei). A esse propósito, entre os "específicos" (que possuem regras próprias), se incluem os processos licitatórios.

Por essas razões, o direito à "manifestação da intenção" de recorrer é inviolável para o licitante e, uma vez atendidos os requisitos formais, deve haver a sua admissibilidade, sem opiniões antecipadas a respeito das matérias de mérito.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi apresentado, o confuso Recurso da Empresa L&L tenta apenas tumultuar a licitação, e diante do histórico da recorrente, conseguir tempo para cumprir as exigências editalícias.

Se não bastasse os argumentos expostos em fase de contrarrazões da Empresa BANDOLIN, basta repararmos no

item 24.2 do Edital, o qual cita:

24.2. À Pregoeiro (a) ou à Autoridade Competente é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

Sendo assim, caso realmente fosse necessário, a Empresa poderia sanar por meio de complementação, simplesmente para suprir quaisquer dúvidas, não sendo necessária a desclassificação da proposta de menor valor global apresentada pela licitante.

DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer-se o recebimento da presente contrarrazões, para ao final julgar improcedente o recurso apresentado, mantendo assim a habilitação da empresa BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Porto Velho/RO, 16 de setembro de 2019.

BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA
CNPJ nº 96.216.429/0024-86

Fechar